

CORPOREIDADE NEGRA NAS REVISTAS VEJA E ÉPOCA

Delton Aparecido Felipe
 Fabiane Freire França

Resumo: Este texto analisa os discursos publicados nas revistas *Veja* e *Época* sobre a corporeidade da população negra no Brasil. Em vista disso, questionamos: como as revistas *Veja* e *Época* retratam a corporeidade negra em suas páginas? Utilizamos o eixo explicativo dos Estudos Culturais em colaboração com as formulações de Foucault. Selecionamos textos publicados entre os anos de 2003 a 2008 e verificamos que os discursos midiáticos organizam, hierarquizam e estruturam modos de pensar sobre as identidades negras. A problematização dessas representações é relevante no intuito de provocar instabilidades de modo a ressignificá-las, bem como indicar outros sentidos para os discursos que engendram e produzem localizações sobre o corpo e o cabelo da negritude.

Palavras-chave: Educação, cultura negra, corporeidade, revistas.

Corporeidad negra en las revistas *Veja* y *Época*

Resumen: Este texto analiza los discursos publicados en las revistas *Veja* y *Época* sobre la corporeidad de la población negra en Brasil. En vista de esto, cuestionamos: ¿cómo las revistas *Veja* y *Época* retratan la corporeidad negra en sus páginas? Utilizamos el eje explicativo de los Estudios Culturales en colaboración con las formulaciones de Foucault. Seleccionamos textos publicados entre los años 2003 a 2008 y verificamos que los discursos mediáticos organizan, jerarquizan y estructuran modos de pensar sobre las identidades negras. La problematización de esas representaciones es relevante para provocar inestabilidades para resignificarlas, así como indicar otros sentidos para los discursos que engendran y producen localizaciones sobre el cuerpo y el cabello de la negritud.

Palabras clave: Educación, cultura negra, corporeidad, revistas.

Black corporeality in *Veja* and *Época* Magazines

Abstract: This text analyzes the discourses about the corporeality of black people in Brazil published in *Veja* and *Época* magazines. In view of that, we raise the following question: how do *Veja* and *Época* magazines portray black corporeality in their pages? We use the explanatory axis from Cultural Studies, in collaboration with Foucault's formulations. We selected texts that were published between 2003 and 2008, and verified that media discourses organize, hierarchize and construct modes of thinking about black identities. The problematization of such representations is relevant in the aim of provoking instabilities to resignify them, and also of showing other meanings for the discourses that engender and generate locations about black body and hair.

Keywords: Education, black culture, corporeality, magazines.

Introdução

A constituição dos sentidos acerca das práticas humanas dá-se por meio das representações e das expressões que são difundidas e produzidas nas culturas. Ver, sentir e agir no cotidiano estão relacionadas as formas que implicaram sobre os corpos, as marcações culturais, políticas e sociais. O corpo, tal como vemos representado nas mídias, passou por processos de produção e significação que estão em uma lógica de adestramento e docilização. Produzido pelas implicações das relações de poder, a corporeidade tem significado nas mídias e também é uma forma de educar sobre este aparato e como deve ser constituído"... não sei se assim mudei o sentido. A mídia, com suas produções de entretenimento e informação, também incide sobre o corpo formas de avaliar e formular os modos de ser no contemporâneo (FOUCAULT, 1987).

Essa sociedade se organiza por meio de representações oriundas da cultura de mídia, que representam um dos alicerces das sociedades contemporâneas sugerindo comportamentos aos

indivíduos e que narram suas controvérsias e lutas, assim como modelos para solução de conflitos. Para Kellner (2004, p. 55), “a cultura da mídia inclui, eventos esportivos, fatos políticos e acontecimento que chamam muito a atenção, os quais denominamos de notícias”.

As mídias, por meio de suas narrativas compostas de sons, imagens e discursos, tornam-se espaços de produção de sentidos na vida cotidiana por contribuírem para a constituição de pensamentos e ações dos sujeitos sociais. A cultura da mídia, “como tendência a fazer ver o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana” (KELLNER, 2004, p. 55).

A cultura é entendida como espaço de criação e de negociação entre as diferentes identidades. A mídia é um artefato cultural que, no último século, tornou-se produtiva na constituição e na manutenção de sentidos que significam as práticas humanas. As pessoas passam um tempo “navegando” na internet, ouvindo rádio, assistindo televisão, frequentando cinema, convivendo com músicas e lendo jornais e revistas, elas têm acesso a formas de ler e ver o mundo.

Interessados pelas articulações e formas com que estes discursos incidem e, desse modo, tornam-se produtivos acerca das formas de ser, intentamos em problematizar como a mídia trata os corpos negros. A produção de estereótipos e formas fixas de pensar noções como beleza, estilo e comportamento, fazem das revistas aparatos midiáticos que incitam formas de pensamento ou, como denota Hollenbach (2005, p. 43), “as publicações destinadas às mulheres configuram-se como manuais a serem utilizados por elas na sua vida cotidiana”. Se, neste campo específico discutido pela autora – que é a produção de revistas femininas – produz uma representação de indicadores e critérios a serem seguidos, as revistas de informações noticiosas destinadas a diferentes sujeitos podem denotar também condutas a serem seguidas. Nossa inquietação pode ser entendida com a seguinte questão norteadora: como as revistas *Veja* e *Época* retratam a corporeidade negra em suas páginas?

Antes de discutirmos a questão proposta nesse texto é necessário lembrarmos, como faz a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (BRASIL, 2004), relatora das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que as Leis e os Decretos Federais¹ aprovados nos últimos anos fazem parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparações e de reconhecimento, que tem por objetivo a valorização da história, cultura e identidade negra². A nosso entender, a valorização da negritude³ demanda perceber como os traços culturais que distinguem os negros e as negras dos outros grupos que compõem o Brasil são significados no tecido social.

Conduzidos pelas afirmações desse pressuposto, recorreremos a regulamentação da atividade jornalística, dada pelo Código de Ética do Jornalista Brasileiro (1986), em seu capítulo 2, artigo 6º, incisos XI e XIV para afirmar que é dever do profissional da área defender direitos de cidadania e combater perseguições e discriminações contra diferentes grupos sociais, incluindo nestes pontos a raça e especificamente, negros e negras. Se há neste documento, indícios de uma necessidade de atentar-se às representações difundidas por profissionais da comunicação, a mídia está produzindo e reverberando percepções das corporeidades negras.

Dentre os traços culturais da população negra, optamos por focalizar a corporeidade, pois entendemos que o fenótipo de um grupo - cor da pele, tipo de cabelo, formato de nariz, entre outros -

tem suas significações dimensionadas a partir do social, ou seja os corpos são percebidos como construção e espaço da liberdade humana de se auto constituir, e por isso é “impossível a compreensão do corpo sem o seu contexto, sem a educação e a política que o formatam no interior de uma cultura, sem a dimensão ética e estética que o atravessam” (FENSTERSEIFER, 2006, p. 95).

Gomes (2002), ao discutir o corpo negro, sobretudo do cabelo, afirma que seu significado é construído nos diversos espaços e, a partir das relações, nos quais negros e negras se socializam e se educam: a família, as amizades, as relações afetivo-sexuais, o trabalho e a escola. Para esse sujeito, o seu cabelo e o seu corpo carregam fortes marcas identitárias e, em algumas situações, são vistos como marcas de inferioridade.

Selecionamos textos que foram publicados entre os anos de 2003 a 2008 nas revistas *Veja* e *Época* e que, de acordo com os dados da Associação Nacional dos Editores de Revistas Brasileiras (ANER) em seu site <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>, são as duas maiores revistas de circulação semanal no país nos últimos anos. As revistas se tornam frutíferas para nossa análise por serem veículos informativos que apresentam fatos, opiniões, pareceres e dados que reverberam sentidos e constroem significados para as mensagens que divulgam. “Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizam um grupo de pessoas” (SCALZO, 2003, p. 16).

Acreditamos que as revistas produzem efeitos em determinados contextos e estamos convencidos de que, mergulhar na materialidade discursiva das revistas significa buscar por dentro desse artefato midiático estratégias construídas para atingir os diferentes grupos sociais e cada indivíduo particularmente. A compreensão dos discursos das revistas sobre a corporeidade negra é analisada sob as lentes dos Estudos Culturais e com o enfoque das teorizações de Foucault. Essa soma de lentes contribui para problematizar a constituição e disseminação dos modos de ver a negritude na cultura e produção dos sujeitos sociais que acontece na trama composta por dispositivos ativos e operantes, capazes de ensinar e de fazer circular informações (LARROSA, 1994).

Aproximarmos nossas leituras da mídia à percepção do autor supracitado, como um modo de entendermos os sentidos que as revistas sugerem aos sujeitos leitores e leitoras e seus engendramentos que produzem significados acerca das identidades negras porque tanto a experiência de entender a negritude do outro como a constituição das identidades de negros e negras acontece como uma produção histórica e social que “entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria identidade” (LARROSA, 1994, p. 43).

Alertamos que pensar a identidade negra por meio de sua corporeidade é considerar que no Brasil, os cabelos e a cor da pele são características empregadas no critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco. A representação do que significa o corpo e o cabelo de um grupo social é uma construção histórica, cultural e plural e implica em analisar como um grupo racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo racial, olham para si a partir da relação com o outro. E as revistas *Veja* e *Época* como mídias produtoras e difusoras de “modos de ver”, estão intimamente

envolvidas nesse processo de construção de olhar para o cabelo e a cor da pele da população negra brasileira.

Corporeidade negra nas revistas

Ao contar a história e a cultura negra no Brasil temos que considerar o que se discursa sobre a corporeidade negra. O corpo e o cabelo expressam metaforicamente os princípios estruturais da vida coletiva. Entendemos que a corporeidade se organiza como um arquivo discursivo que simboliza aquilo que uma sociedade deseja ser ou negar. A análise dos discursos que produzem sentidos e significados sobre as identidades negras em revistas é produtiva porque, estes artefatos culturais, produzem e realizam a manutenção das formas de ser negro e negra no Brasil.

Com a finalidade de compreender os discursos sobre a corporeidade negra, mapeamos os textos publicados das revistas *Veja* e *Época* dos anos de 2003 a 2008. Este período compreende os cinco anos iniciais das ações afirmativas referente à educação da população negra brasileira. A Lei 10.639/2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, e institui no artigo 26, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2004). Também foi aprovado o Decreto 4.876/2003 que abre precedente para que as universidades públicas e privadas, respeitando a sua autonomia, insiram o sistema de ações afirmativas, entre essas as cotas, para o ingresso de alunos negros e de alunas negras em seus vestibulares. A escolha destes cinco anos iniciais das ações afirmativas referente à educação da população negra brasileira se deve ao intenso debate que a adoção dessas políticas voltadas para educação da população negra gerou no Brasil, tendo a mídia, e em especial as revistas, como difusoras de posicionamento de concordância e discordância.

Para análise dos discursos veiculados pelas revistas escolhidas, utilizaremos formulações teóricas de Foucault (1987, 1995, 2008, 2009), já que essa perspectiva considera as palavras e seus sentidos estabelecidos discursivamente ligados a um campo prático no qual eles são desdobrados. Ao analisar as revistas por meio de suas notícias sobre o tema proposto, levamos em conta, como nos alerta Motta (2003), que nem sempre as construções das significações podem ser apreendidas numa análise de notícia individual. Essa notícia é apenas um fragmento de sentido que precisa ser colocado em um contexto dos interdiscursos dos emissores e nas intersubjetividades dos receptores.

Assim se enuncia outra premissa de nosso estudo. De forma alguma os discursos veiculados pelas revistas sobre a população negra são tomados nesse texto como constituidores totais da subjetividade dos leitores e das leitoras. Consideramos, como assinala Motta (2003), que as notícias não são lidas ou ouvidas no limbo, mas são interpretadas no contexto dos discursos, adquirindo assim um caráter narrativo, ou seja, o discurso veiculado só faz sentido se veiculado ao conjunto de saberes dos receptores e das receptoras.

O conceito de discurso, para análise das reportagens apresentadas pelas revistas, será entendido como um conjunto de enunciados de um determinado campo de saber, constituídos historicamente e em meio às disputas de poder. Nosso enfoque é instabilizar os discursos problematizando as regras de formação ou as condições de possibilidades em que os enunciados são

instituídos. Como argumenta Foucault (1995), para trabalhar com análise discursiva é preciso que também nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que são familiares.

Na organização da sociedade brasileira e no seu projeto nacional, foram utilizadas estratégias de negação ou de inferiorização da cultura negra. Até 1888, ano da abolição da escravidão no Brasil, a maioria dos negros e das negras ainda era considerada ferramenta viva de trabalho. Mesmo depois da abolição, essa população ainda conviveu com ideias como as vinculadas pelas “políticas de branqueamento no território nacional que tinham por ideal eliminar os traços da negritude da genética e da cultura da população brasileira”, o que implicava em suprimir cor de pele e tipo de cabelo (HOFBAUER, 2006, p. 77).

A escravização e as políticas de branqueamento “são estratégias para retirar do negro o status de humanidade. Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade” (GOMES, 2003, p. 80). Ou, como indica Foucault:

Em sociedades como as nossas, a economia política da verdade é caracterizada por cinco traços historicamente importantes: a verdade está centrada na forma de discurso científicos e nas instituições que os produzem; ela é submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para poder político); ela é o objeto, sob formas diversas, de uma imensa difusão e consumo (ela circula em aparelhos de educação ou de informação cuja a extensão é relativamente ampla no corpo social, apesar de certas limitações estritas); ela é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, exército, escrita mídia); enfim ela é a aposta de todo um debate político e de todo um confronto social (lutas ideológicas) (FOUCAULT, 2014, p. 33).

A partir da citação supramencionada, denotamos que os discursos sobre a população negra na sociedade brasileira ainda estão vinculados a sistemas de dominação e de exploração dos modos de ser que foi construído no decorrer da sua história. A prática discursiva é produzida em sistemas de exclusão e de interdição, bem como em sentidos de produção e de manutenção de status. Nas palavras de Foucault (2009, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Reconhecer estes indícios, e as marcas do discurso na mídia, são produtivos para problematizarmos de que modo as revistas realizam uma produção e manutenção das representações sobre as identidades negras no contemporâneo.

Em nosso país, o cabelo e a cor da pele são significativos para entendermos os processos de marginalização da cultura negra no tecido social brasileiro. O cabelo e tom da pele da população negra são utilizados como critério de classificação racial. Ao mapear as revistas *Veja* e *Época* encontramos uma série de textos que discursam sobre os espaços sociais que a corporeidade da negritude ocupa na sociedade brasileira. Entendemos que as revistas se revelam como um arquivo em relação à situação da população negra. Como afirma Veiga-Neto (2011), o arquivo é tomado como um conjunto de regras que, em um dado período histórico, condiciona tudo o que pode ser dito, o que vale lembrar, conservar e relativizar sobre um fenômeno social.

Ao mapear as revistas *Época* e *Veja* no período de um momento de intensa discussão sobre a representação da população negra, encontramos diversos textos que retratam as marcas históricas presentes na cultura nacional sobre a corporeidade, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Corporeidade negra

Nome do texto	Autor	Categoria	Data	Revista
Todo mundo é afro	Adriana Negreiros	Reportagem	19/02/2003	Veja
Até que enfim	Aida Veiga	Reportagem	16/10/2003	Época
A Rainha da cocada	Ricardo Valladares	Reportagem	14/09/2005	Veja
O efeito Michael Jackson	Suzane Frutuoso	Reportagem	14/08/2006	Época
A cor da moda	Mariane Piemonte	Reportagem	14/07/2008	Época

Fonte: Textos mapeados nas revistas *Veja* e *Época* sobre a população negra de 09/01/2003 a 09/01/2008.

Os textos formam um arquivo de enunciados⁴ que nos permitem entender o corpo e o cabelo da população envolvida em um discurso do chamado exótico, estranho e fora do padrão. O texto “Todo mundo é afro” da jornalista Adriana Negreiros, publicado em 19/02/2003 na *Veja*, retrata que a nova moda dos turistas que passam por Salvador é trançar o cabelo à moda afro, “há quem use palha entre as tranças, para reforçar o aspecto tribal do visual” (VEJA, 19 fev. 2003, p. 85). Negreiros (2003) ainda cita o exemplo: a catarinense Mariana Triches, 16 anos, fez tranças de raiz em toda extensão da cabeleira loira e diz “adoro o visual exótico dos negros” (VEJA, 19 fev. 2003, p. 85).

O texto “Até que enfim”, publicado pela jornalista Aida Veiga na revista *Época* em 16/10/2003, afirma que pela primeira vez uma negra – Rojane Fradique – representa o Brasil em um concurso mundial de modelos. Veiga afirma que:

No país onde 45% da população é negra ou parda o reinado da beleza continua nas mãos das descendentes de europeus com olhos e pele claros. Na semana passada, outra representante dessa safra, a gaúcha Emilia Cechele, ganhou a etapa brasileira do Elite Model Look. Mas todas as atenções foram para Rojane Fradique, uma negra de 17 anos que ficou em segundo lugar (ÉPOCA, 16 out. 2003, s/p).

O texto “A Rainha da cocada” do jornalista Ricardo Valladares, publicado na *Veja* em 14/09/2005, retrata uma personagem que abomina ser negra, de nome Latoya, e que remete diretamente ao Michael Jackson que tinha a irmã Latoya que fez tantas transformações quanto ele, vivida pela atriz Zezé Barbosa, em uma novela da Rede Globo de Televisão. Valladares afirma no decorrer do texto que Latoya:

Se intitula afro-americana alisa e clareia os cabelos e dorme com um pregador de roupa no nariz para afiná-lo. Latoya causa polêmica no Movimento Negro que afirmam que os negros têm que ser representados por personagens positivos, mas há que reconhecer que Latoya encarna vários aspectos reais ainda desanimadores, da população negra brasileira, e fingir que gente como ela não existe é hipocrisia (VEJA, 14 set. 2005, p. 126).

O texto “O efeito Michael Jackson”, publicado na revista *Época* em 14/08/2006 pela jornalista Suzane Frutuoso, inicia-se com uma pergunta: por que cada vez mais negras e indianas correm atrás de cremes que prometem clarear a pele? A jornalista informa que “esses produtos deveriam ser usados apenas com indicação médica ou em casos de doenças dermatológicas. Mas, são facilmente adquiridos pela *internet* ou em lojas de produtos estéticos desses países” (*ÉPOCA*, 14 ago. 2006, s/p).

Frutuoso (2006) afirma que, no Brasil, o clareamento com cremes ainda é raro. Mas a dermatologista Adriana Vilarinho afirma que já começou a receber pacientes no consultório querendo “consertar o estrago” depois de tentar o clareamento. A revista *Pride*, voltada para a comunidade negra britânica, argumenta que “a mensagem implícita no uso desse tipo de produto é racista: a pele escura é vista como falha, enquanto a pele clara é linda e leva ao topo” (*ÉPOCA*, 14 ago. 2006, s/p). “Esses cremes são usados por todas as idades. É um assunto tabu” (*ÉPOCA*, 14 ago. 2006, s/p). A dermatologista Sherry consultada pela jornalista afirma que “ninguém gosta de admitir que usa. Mas olham modelos como Beyoncé e acreditam que a fama é por causa de sua pele clara” (*ÉPOCA*, 14 ago. 2006, s/p). E Denise Steiner, consultora de Câmara Técnica de Cosméticos da ANVISA, afirma que “é um marketing errado e perigoso. O que existem são clareadores para manchas, não para mudar a própria cor. E cada raça tem sua beleza. Não tem de interferir na fisiologia da pele” (*ÉPOCA*, 14 ago. 2006, s/p).

O texto “A cor da moda”, da jornalista Marianne Piemonte publicado na *Época* em 14/07/2008, comenta:

O casal Obama inspira estilista e fotógrafos a colocar negros em seus trabalhos. De acordo com o professor de História da Moda João Braga, foi Yves Saint Laurent que, em 1950, ousou colocar a primeira modelo negra num desfile. “Paris foi abaixo”. Na década seguinte, o movimento de contracultura tornou *fashion* os *blackpowers* e todo o universo negro. “Antes, o belo sempre esteve ligado ao padrão europeu, olhos claros e cabelos loiros”, diz Braga (*ÉPOCA*, 14 jul. 2008, s/p).

Para Rodrigues (1989), o cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em todo e qualquer grupo étnico, ele apresenta características como visibilidade, crescimento, diferentes cores e texturas, possibilitando técnicas diversas de manipulação sem necessariamente estar subordinado ao uso de tecnologias sofisticadas. Ao mesmo tempo a forma como o cabelo é tratado e manipulado, e também a sua simbologia, diferem de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como ícone identitário.

O educar sobre a corporeidade negra

No projeto de construção da identidade nacional, a negação do cabelo e do tom da pele da população negra foi um dos argumentos utilizado para retirar da negritude do lugar da beleza. Para Gomes (2002), o fato da sociedade brasileira insistir tanto em negar aos negros e as negras o direito de serem vistos como belos, expressa na realidade o quanto esse grupo e sua expressão estética possuem um lugar de destaque na nossa constituição histórica e cultural.

Na atualidade, busca-se incluir aspectos da população negra. No entanto, esse discurso de inclusão aparece nos textos da revista *Época* e *Veja*, tutelada por uma estética branca europeia que, ao se referir a uma estética negra, ainda o faz colocando no âmbito do exótico, estranho e tribal, como

o relatado no texto “Todo mundo é afro”, da jornalista Adriana Negreiros, ao falar que o cabelo afro está na moda, “há quem use palha entre as tranças, para reforçar o aspecto tribal do visual” (VEJA, 19 fev. 2003, p. 85). Esse enunciado reverbera a ideia do cabelo como tribal de um sujeito histórico inferior e exótico como na afirmação de uma das turistas sobre o cabelo afro “adoro o visual exótico dos negros” (VEJA, 19 fev. 2003, p. 85). O cabelo negro ainda é visto como inferior ao do branco, demonstrando a perpetuação do racismo contra os sujeitos da negritude.

O termo exótico, utilizado pela turista citado por Negreiros (2003), pode ser ancorado dentro de uma carga ideológica que esse conceito adquiriu no século XVIII, e que se encontra muitas vezes associada aos colonialismos, sobretudo ao francês e ao inglês, por estabelecer e evocar uma subentendida relação de superioridade do colonizador face ao colonizado, visto invariavelmente com contornos de barbárie e irracionalidade, que deveria por isso, ser ensinado e civilizado (SAID, 2004). e jornais, bem como fotografias produzidas ou manipuladas serviam como dispositivos de trabalho internos à equipe ou com as comunidades atendidas. Mesmo quando não produzidas através de uma câmera fotográfica, as imagens se faziam presentes nas reuniões semanais do grupo como recurso, por exemplo, para contar alguma experiência relativa ao trabalho.

Ao utilizar o adjetivo tribal para se referir a uma pretensa estética do cabelo negro, a jornalista Adriana Negreiros faz a ancoragem em um discurso que vincula a negritude brasileira e seus ancestrais africanos a um ideário de não civilizado. Este discurso historicamente foi utilizado para justificar a escravidão da população negra africana a partir do século XV, com o pretexto de que iriam trabalhar em prol de sua salvação cristã. Mais tarde, utilizado no final século XIX no período do imperialismo, para justificar as incursões dos europeus utilizando o pretexto de levar a civilização aos povos tribais do continente africano.

A ancoragem do cabelo da população negra como tribal, afeta a representação dessa população o que tornou uma das marcas da discriminação racial no Brasil. Os negros e as negras tiveram as suas práticas ancestrais abafadas, marginalizadas e deturpadas, comprometendo assim a sua inserção plena no processo social brasileiro, e que acabou por construir um imaginário social em que a negritude é alvo de racismo.

Para Gomes (2002, p. 76), “o racismo, sendo um código ideológico que toma atributos biológicos como valores e significados sociais, impõe ao negro uma série de conotações negativas que o afetam social e subjetivamente”. No entanto, a sociedade é perpassada por discursos de opressão, mas também de resistência. Na ação do racismo sobre os corpos e cabelos dos sujeitos da negritude resulta em formas variadas, sutis e explícitas de reação e resistência, como afirma uma das entrevistadas por Gomes (2002, p. 97): “O cabelo como símbolo da negritude ganhou força no uso do penteado crespo, alto e arredondado que foi chamado de *blackpower* – poder negro –, mesmo nome do movimento de organização dos negros”. Nesse contexto, o cabelo para além da estética, torna-se um ato político defendido pelo Movimento Negro Unificado a partir da década de 1970, como um dos elementos da valorização da cultura negra não mais sob a tutela dos projetos de branquitude que marcam a história da negritude brasileira.

Conforme Gomes (2002), se concordamos que o corpo carrega diferentes mensagens, concluímos também que o entendimento da simbologia do corpo negro e os sentidos da manipulação

de suas diferentes partes, entre elas o cabelo, pode ser um dos caminhos para a compreensão da cultura negra em nossa sociedade e dos processos de marginalização.

Dos textos publicados na *Veja* e *Época*, a reportagem de Aida Veiga Até que enfim, mostra que apesar do discurso de valorização, o local reservado para negros e para negras no quesito de beleza ainda é pequeno. Veiga afirma que “no país onde 45% da população é negra ou parda o reinado da beleza continua nas mãos das descendentes de europeus com olhos e pele claros e o texto” (*ÉPOCA*, 16 out. 2003, s/p). A jornalista Marianne Piemonte reforça a constatação de Veiga ao relatar em seu texto que “Paris foi abaixo” quando o estilista Frances Yves Saint Laurent em 1950, ousou colocar a primeira modelo negra num desfile já que “Antes, o belo sempre esteve ligado ao padrão europeu, olhos claros e cabelos loiros” (*ÉPOCA*, 14 jul. 2008, s/p).

Esses enunciados nos permitem perceber que no processo histórico e cultural brasileiro, o sujeito da negritude constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso de rejeição e aceitação, negação e afirmação do corpo. Gomes (2002) afirma que não basta à população negra avançar do polo de rejeição para o de aceitação para que compreenda e valorize a riqueza de sua cultura. Ver-se e aceitar-se negro e/ou negra toca em questões identitárias complexas. Implica, sobretudo, na resignificação de um pertencimento étnico e racial e entendimento de como se construíram as narrativas de rejeição do sujeito da negritude no Brasil.

Em uma cultura em que a corporeidade negra é negada, acontece o que o jornalista Ricardo Valladares relata em seu texto ao analisar uma personagem de uma novela da Rede Globo de Televisão que “se intitula afro-americana alisa e clareia os cabelos e dorme com um pregador de roupa no nariz para afiná-lo” (*VEJA*, 14 set. 2005, p. 126), como uma forma de amenizar sua negritude no intuito de ser aceita e se encaixar em projeto nacional de beleza no padrão Europeu. Suzane Frutuoso em seu texto “O efeito Michael Jackson”, conforme Quadro 1, também mostra que a rejeição do corpo negro é uma consequência do discurso do projeto nacional que deixou marcas na população brasileira, a ponto de uma parcela da população negra buscar cremes para clarear a pele por e concluir que a pele negra é feia, já que o ideal de beleza no Brasil é a branquitude.

Falar em corpo nos remete inevitavelmente aos padrões de beleza. É fato que cada grupo cultural define a beleza à sua própria maneira, e que “o belo é subjetivo e se fixa no olho do contemplador” (*MUNANGA*, 1988, p. 7). Esta autonomia, porém, é parcial, uma vez que a beleza ainda está submetida a padrões eurocêtricos, que se pretendem universais e que primam pelo equilíbrio de formas e de proporcionalidades. Para além do princípio universal de apreensão do mundo, de conhecimento do objeto mediante os sentidos, temos presenciado no decorrer do processo histórico que, a partir do século XV, construiu-se um padrão hegemônico de beleza baseados na Europa colonial.

Com base nesse padrão de beleza europeia, quando aplicamos o conceito de beleza aos corpos, passamos por um processo muitas vezes rígido de classificação e hierarquização. A aparência física passa a carregar significados ligados à atributos negativos ou positivos. Esse ideal de beleza é visto dentro da tradição europeia como universal e foi construído socialmente em um contexto histórico, cultural e político e por isso pode ser resignificado pelos sujeitos sociais. Esse é o papel da discussão sobre cultura negra e política étnico-racial no Brasil. Construir representações positivas sobre o negro, sua história, cultura, corporeidade e estética. No entanto, temos que tomar o cuidado para não nos

limitarmos a uma apologia da estética dos sujeitos da negritude, como se constata nas páginas das revistas *Veja* e *Época*, perdendo de vista a importância política dessas características corporais como um questionador das premissas europeias do projeto de brasilidade.

Os discursos midiáticos – aqui sob enfoque os das revistas citadas – organizam, hierarquizam e estruturam modos de pensar sobre as identidades negras. A problematização dessas representações de negritudes é relevante no intuito de instabilizar, de modo à ressignificar, mas também indicar outros sentidos para os discursos que engendram e produzem localizações das identidades negras. Plurais, provisórias e possíveis, as identidades negras não estão apenas impressas nas revistas *Veja* e *Época*, mas, podem também, por meio desses discursos, incitar olhares para a negritude, a mídia e as formas de educar que estão dispersas pelos meios de comunicação como discursos em disputa. A problematização faz-se necessária para que outras formas de ser e agir sejam proíficas no redimensionamento das formas de ser negro e negra no Brasil.

Considerações

Ao analisar como a corporeidade da população negra é retratada nas revistas *Veja* e *Época*, é fundamental a compreensão de que o corpo e o cabelo dessa população foram inseridos em uma política de negação da cultura negra na história brasileira. Problematizar os discursos das revistas sobre o cabelo e o tom de pele dos negros e das negras é inserir essa temática em um contexto de políticas de ações afirmativas que objetiva compreender como as identidades sociais e raciais foram e são construídas no Brasil.

O entendimento de como a negritude é apresentada nas revistas *Veja* e *Época* nos permite a compreensão dos efeitos no tecido social brasileiro das desvalorizações que os elementos da cultura negra, como o tipo de cabelo e o tom de pele, sofreram no decorrer da História do Brasil. No atual contexto, em que se relatam inúmeras dificuldades para a efetivação da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares, acreditamos que a compreensão e a problematização dos discursos acerca da corporeidade, cultura e a identidade negras veiculadas na mídia, se apresentem como uma possibilidade de valorização do “eu” e do “outro”.

Notas

¹ Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Decreto 4.876/2003 estabelece em seu artigo primeiro o Programa Diversidade na Universidade, inserido no âmbito do Ministério da Educação. Com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao Ensino Superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente a população negra; Decreto 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

² Utilizamos as expressões negros e negras; população negra; negritude; sujeitos da negritude e culturas negras e não a expressão afrodescendente como está nos diversos documentos governamentais (BRASIL, 2003b; BRASIL, 2004) e em uma série de produções acadêmicas, porque, ao buscar as marcas históricas sobre o local do negro e da negra na constituição da identidade nacional, entendemos que os primeiros termos citados nos permitem um registro histórico mais amplo do que o último. Além disso, Guimarães (1999) e Kaercher (2005) argumentam que o racismo no Brasil está intrinsecamente ligado à cor, transformando os que têm a pele mais escura em negros e os que têm a pele mais clara em brancos, independentemente de sua ancestralidade africana.

Só manteremos a expressão afrodescendente quando estiver fazendo menção aos documentos ou ao *corpus* de análise que utilizam a expressão.

³ Ressaltamos que o conceito de negritude será utilizado neste texto das seguintes formas: primeiro, para “significar a circunstância de se pertencer a grandes coletividades africanas e afrodescendentes”; segundo, para “referir à consciência de pertencer a essa coletividade e a atitude de reivindicar-se como tal”; e terceiro, para a “estética projetada pelos artistas e intelectuais negros no continente de origem e na diáspora” (LOPES, 2004, p. 472).

⁴ Esse arquivo discursivo é composto de textos e de imagens, no entanto, utilizamos somente os textos, por temos reportagens que ainda não completaram dez anos de sua publicação e, portanto, incidem direitos autorias elas.

Referências

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. *Diário oficial da união*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, MEC/Secad, 2004.

FENAJ, *Código de Ética do Jornalista Brasileiro*. 1986. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo-de-etica-dos-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FENSTERSEIFER, P. E. Corporeidade e formação do profissional na área da saúde. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 93-102, maio 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IX*: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michael. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRUTUOSO, Suzane. O efeito Michael Jackson. *Época*, ed. 430, 14 ago. 2006, s/p.

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e a identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 74-85, maio/ago. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p.103-111, fev.1999.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLLENBACH, Gabriela Boemler. *Sexualidade em revista*: as posições de sujeito em Nova e TPM. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. *O mundo na caixa*: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola: 1999. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 54-66.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *O sujeito da Educação*: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

LOPES, Neusa. *Enciclopédia Brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. A criação artística negro-africana: uma arte situada na fronteira entre a contemplação e a utilidade prática. In: *África Negra*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/Fundação Gregório de Mattos/Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 11 de maio a 26 de junho: 1988, p. 7-9.

NEGREIROS, Adriana. Todo mundo é afro. *Veja*, ed. 1790, 19 fev. 2003, p. 85.

PIEMONTE, Mariane. A cor da moda. *Época*, ed. 530, 14 jul. 2008, s/p.

RODRIGUES, José Carlos. *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1989.

SAID, Edward W., *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

VALLADARES, Ricardo. A rainha da cocada. *Veja*, ed. 1922, 14 set. 2005, p. 126-127.

VEIGA, Aida. Até que enfim. *Época*, ed. 283, 16 out. 2003, s/p.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Recebido em: maio 2015.

Aceito em: jan. 2016.

Delton Aparecido Felipe: Doutor, Pós-Doutor e Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ddelton@gmail.com

Fabiane Freire França: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: prof.fabianefreire@gmail.com